



ANÁLISE MULTIFACETADA DOS LEGADOS DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016: O CASO DAS ARENAS DO PARQUE OLÍMPICO DA BARRA DA TIJUCA

A MULTIFACETED ANALYSIS OF THE LEGACY OF RIO OLYMPIC GAMES 2016: THE CASE OF THE OLYMPIC PARK ARENAS IN BARRA DA TIJUCA

William Cleber Domingues Silva¹

Resumo: Esse trabalho analisou os possíveis legados deixados pelas arenas do Parque Olímpico da Barra da Tijuca. Para isso realizou-se pesquisa documental e de campo e dentre os principais resultados apurados identificou-se que a Autoridade de Gestão do Legado Olímpico (AGLO) vem trabalhando na adaptação do espaço do “modo jogo” para o “modo legado”. Perante os dados analisados constatou-se que a mesma está obtendo êxito nessa transformação restando como desafios a sustentabilidade do espaço bem como sua maior integração com os moradores da cidade e turistas do Brasil e do mundo.

Palavras chave: Jogos Olímpicos; Rio 2016; legados.

Abstract: This work analyzed the possible legacies left by the arenas of Barra da Tijuca's Olympic Park. For so, a documentary and field research was carried out and, among the main results, it was identified that the Olympic Legacy Management Authority (AGLO) has been working on adapting the space from the "game mode" to the "legacy mode". Given the data analyzed, it was found that AGLO is succeeding in this transformation but also that the sustainability of the space remains as a challenge, as well as its greater integration with city residents and tourists from Brazil and the world.

Keywords: Olympic Games; Rio 2016; legacy.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo fazer uma análise sobre os possíveis legados deixados pelas arenas do Parque Olímpico da Barra da Tijuca – RJ a partir do mapeamento das atividades realizadas no espaço após a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para isso inicialmente o pesquisador aborda conceitos relevantes à investigação e associados à temática dos legados dos megaeventos esportivos, após isso o mesmo faz a apresentação e caracterização da Autoridade de Gestão do Legado Olímpico (AGLO) que é a autarquia responsável pela gestão de boa parte do Parque Olímpico da Barra da Tijuca. Concluída essa etapa apresenta-se a metodologia utilizada no estudo bem como os resultados alcançados

¹ William Cleber Domingues Silva é doutor em turismo e professor pesquisador no Curso de Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. williamwcds@yahoo.com.br – (32) 98415-5442

durante a pesquisa de campo. Finalizando o trabalho o pesquisador apresenta suas considerações finais a respeito da investigação que poderá servir de fonte de consulta para outras pesquisas relacionadas ao tema.

2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E OS DESAFIOS DA GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

Desde o último terço do século XX o conceito de legado tornou-se o discurso dominante em discussões relacionadas à temática dos megaeventos esportivos (PEÑA, 2017). Da Costa e Miragaya (2015, p. 58) ao analisarem o tema esboçaram a seguinte definição a respeito do assunto:

“sem considerar sua entrega tangível ou efeitos intangíveis em termos de tempo e espaço, legado é um processo planejado e de longo prazo de intervenções baseadas na gestão, cujo objetivo é desenvolver um ambiente geral sustentável para a anfitriã ou anfitriãs, cidades locais ou regionais, que deem apoio ao evento”.

Sabe-se que o termo legado olímpico em muitos casos é utilizado por gestores públicos com a finalidade de legitimarem juntamente às suas populações locais suas estratégias de governança com o intuito de constituir ou consolidar a imagem de cidades globais por meio da promoção de megaeventos esportivos. Seguindo essa linha de raciocínio, Da Costa e Miragaya (2015, p. 55) argumentam que:

“Certamente o legado é o fator de maior importância das cidades anfitriãs dos Jogos Olímpicos, que oferece sentido a governança local e regional dessas áreas urbanas incluindo as mudanças ambientais. Pondo-se o foco no legado Olímpico diante das práticas de sustentabilidade, encontra-se necessariamente a governança vista pelo ângulo da legitimidade, o que combina a gestão com a política” (DACOSTA, MIRAGAYA, 2015, p. 55).

Apesar disso, estudos como os de MacAloon (2008), Torres (2011) e Chappellet (2012) sugerem que existem concepções flexíveis em relação ao conceito de legado e isso certamente pode dificultar a análise daquilo que efetivamente foi disponibilizado aos moradores da cidade ou região por meio da promoção de megaeventos esportivos. Thornley, (2012) destaca que o conceito de legado ainda é muito vago, pois abrange temas como educação, transporte, esporte, cultura, economia dentre outros. Para o autor isso faz com que pesquisadores e governos encontrem grande dificuldade em avaliar com precisão os impactos desses acontecimentos na população local com base apenas na ideia de “legado olímpico”.

Ao analisar esse assunto, Rocha, (2017, p. 880) argumenta que:

“quando se discute o conceito de legado e que se busca é estender o planejamento e a visão para além do binômio projetado e entregue. Ele nos

instiga a pensar de que forma a sociedade pode se beneficiar desse acúmulo de experiências e suas consequências”.

Em 1991 o conceito de sustentabilidade foi oficialmente incorporado à Carta Olímpica, a partir de 1994 o tema passou a ser oficialmente reconhecido como um dos pilares do movimento olímpico (GOLD, 2017). Perante a postura adotada pelo Comitê Olímpico Internacional através da incorporação desse conceito à Carta Olímpica, SWART, (2017) afirma que nos últimos anos tem havido uma ênfase cada vez maior nos impactos ambientais dos megaeventos. Complementando GOLD, (2017) registra que em 2003 o conceito de legado também foi adicionado à Carta Olímpica e desde então as cidades candidatas necessitam demonstrar em seus projetos os baixos impactos negativos de seus planos, bem como os legados positivos para a cidade sede, para a região e para a nação. A adoção pelo COI dos conceitos de legado e sustentabilidade nos proporciona interessantes oportunidades de análises e reflexões se considerarmos a Agenda 2020 que representa uma série de recomendações direcionadas ao futuro dos Jogos Olímpicos.

Para Vianello e Motta, (2017) a gestão do legado de megaeventos é uma tarefa que deve se iniciar na fase inicial de planejamento desses eventos, e permanecer ativa durante e após o evento. Já Preuss, (2008) argumenta que a análise do legado deve ser realizada de maneira multifacetada devido às suas múltiplas possibilidades e dimensões. Chapellet, (2012) ao analisar o assunto afirma que o legado é um sonho a ser perseguido em vez de uma certeza de ser alcançada.

Preuss, (2008) ao tecer seus comentários nos sugere caminhos metodológicos para a análise do fenômeno do legado que em muitos casos não é fácil de ser mensurado. Já as colocações de Chapellet, (2012) pode nos levar a crer que a adoção de estratégia de geração de legados nacionais por meio da organização e promoção de megaeventos esportivos pode até ser alcançada por algumas sedes e ou países, contudo essa tarefa exige de seus gestores públicos planejamento e coordenação de procedimentos e ações que devem ser implantados antes, durante e após a realização do megaevento esportivo.

Os desafios que se impõem às cidades sedes no que se refere à governança do legado bem como à sustentabilidade dos Jogos tem feito com que algumas postulantes a sede de megaeventos esportivos revejam suas estratégias de se tornarem anfitriãs dos J.O. Perante essa realidade Esposito e Sbeti, (2017) registram que o número de cidades interessadas em se candidatar como sede para os Jogos Olímpicos tem caído drasticamente nessa década.

Diante desse cenário, Manhago et al sugere que:

Com a AGENDA 2020 (IOC, 2015), os JO vão mudar em seu planejamento e execução, sendo que provavelmente, haverá uma tendência a que este megaevento venha ocorrer no futuro apenas em cidades que já receberam anteriormente alguma edição para que se tenha uma otimização das estruturas. Fato este já ocorre nas edições seguintes a partir de Tóquio 2020 que recebeu os JO de 1964; Pequim 2022 com os JO de Inverno usando as instalações dos JO de Verão de 2008; Paris 2024, que promete apresentar um modelo mais sustentável de evento e recebeu os JO de 1924; e Los Angeles 2028, que anteriormente sediou os Jogos de 1984 e 1932 (MANHAGO, 2017, p. 687).

Se as colocações de Manhago, (2017) se confirmarem podemos ser levados a crer que em futuro não muito distante e aproveitando-se em boa parte das estruturas já disponíveis na cidade, os gestores públicos brasileiros poderão avaliar apresentar o Rio de Janeiro como cidade candidata a sede dos Jogos Olímpicos da Juventude e em um período de tempo mais amplo voltar a ser candidata também para receber novamente os Jogos Olímpicos de Verão.

Atento à importância do legado olímpico e da sustentabilidade dos Jogos para as cidades postulantes a sediarem o megaevento esportivo, destaca-se que com a adoção da Agenda 2020, foi recomendado ao Comitê Olímpico Internacional (COI) acatar candidaturas com parte das competições fora da cidade sede ou excepcionalmente fora do país anfitrião por razões geográficas ou de sustentabilidade (DACOSTA e MIRAGAYA, 2015, p. 48).

É relevante ressaltar que essas alterações são bem vindas, pois as mesmas objetivam reduzir os custos de preparação das cidades sedes com a promoção do evento, otimizando estruturas, disseminando legados olímpicos para mais de uma região ou país e fortalecendo com isso o próprio movimento olímpico que vem trabalhando por meio do COI para dissipar a desconfiança que hoje existe em relação aos elevados custos e riscos que os gestores públicos das cidades sedes assumem ao promoverem megaeventos esportivos como os Jogos Olímpicos.

Da Costa e Miragaya (2015) argumentam que no COI a governança dos legados sempre esteve associada à ideia de entrega de um projeto olímpico e de suas obras à cidade anfitriã. Contudo essa visão mais imediata de apenas 7 anos se confronta com o conceito de sustentabilidade que envolve um processo acompanhado de ações e intervenções de longo prazo.

Os autores complementam o raciocínio tecendo o seguinte comentário:

Em outras palavras, o compromisso de curto prazo da concepção do legado baseado na entrega pode não ser completamente ajustado para um retorno em termos de sustentabilidade, frequentemente dependente do longo prazo e de



visões macro de mega-regiões urbanas. Deste ponto de vista, a ideia de ‘processo’ é inerentemente conectada a intervenções de governança – incluindo o legado – de forma distinta às demandas de entrega a curto prazo (DACOSTA, MIRAGAYA, 2015, p. 57).

No que se refere à governança dos legados olímpicos e à sustentabilidade dos Jogos, a cidade de Barcelona se destaca, pois:

Organizou os Jogos sustentáveis do ponto de vista econômico, à medida da cidade e seus cidadãos, e instaurou uma cultura organizacional que tem sido seguida por muitas sedes posteriormente. Barcelona pensou desde o início, como poucas cidades, no legado (PEÑA, 2017, p. 200).

Ao pesquisar essa temática, Rigau (2011, p. 87) destaca que a “a sombra de Barcelona é larga” uma vez que os projetos de Sidney, Atenas, Pequim, Londres e a nosso ver também Rio de Janeiro seguiram o rastro e adotaram elementos de transformação contemplados pelo projeto olímpico catalão.

No caso brasileiro, publicação assinada pelo ministério do Esporte no ano de 2017 destaca que os Jogos Olímpicos Rio 2016 encheram os brasileiros de orgulho, pois demonstraram ao mundo nossa capacidade de acolher bem os visitantes promovendo um megaevento esportivo repleto de beleza e emoção (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2017, p. 51). A temática associada à promoção de megaeventos esportivos ganhou muita visibilidade no Brasil durante essa década uma vez que o país sediou grandes eventos nessa área como, por exemplo, os Jogos Mundiais Militares (2011), a Copa do Mundo FIFA (2014), os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 dentre outros (SILVA, 2016).

Fernandes (2013) esclarece que esse posicionamento esteve associado a uma estratégia brasileira de desenvolvimento nacional onde a nacionalização do legado desses megaeventos era ponto central desse projeto de desenvolvimento. Complementando a análise, Manhago et al, (2017) explica que:

Esses Megaeventos que aconteceram no Brasil foram ferramentas essenciais para a promoção da localidade como força econômica, com objetivo de captar investimentos, atrair visitantes, moradores e profissionais, fomentar o comércio, a indústria, as exportações e modificar a imagem do país perante a comunidade internacional MANHAGO et al, (2017, p. 689).

Nesse contexto e perante a importância dada atualmente aos legados de megaeventos esportivos, observa-se que pesquisadores de diferentes áreas vêm desenvolvendo estudos e pesquisas empíricas sobre os impactos dos megaeventos esportivos.

Diante a evolução dos estudos e pesquisas nessa área destaca-se que a análise dos legados dos megaeventos esportivos deve propor olhares cada vez mais complexos devido ao fato do assunto ser de interesse internacional.

No que se refere à gestão do legado dos Jogos Olímpicos do Brasil, identifica-se até então uma série de notícias e informações desconstruídas sobre a governança do legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Diante de tal constatação esse trabalho teve por ampliar a discussão que gira em torno do legado do Parque Olímpico da Barra da Tijuca que foi o principal local de competições durante os Jogos Rio 2016.

Diante os desafios assumidos pelos pesquisadores no próximo tópico será feita a apresentação e caracterização da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO) que foi a autarquia criada pelo governo federal para auxiliar na gestão e na governança do legado do projeto olímpico brasileiro.

3 AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO (AGLO)

O Parque Olímpico da Barra é constituído por oito (8) áreas esportivas, a saber: A Arena Carioca 01 e 02, o Velódromo e o Centro Olímpico de Tênis são geridos pela AGLO. A Arena Carioca 03 é de responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro, a Jeunesse Arena é gerida pelo Grupo Jeunesse, a área de Eventos é gerida pela Rio Mais e o Centro de Treinamento Maria Lenk é de responsabilidade do Comitê Olímpico do Brasil (AGLO, 2019).

A Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO) é uma autarquia que foi instituída por meio da medida provisória – MP 771 de 29/03/2017. Esta autarquia vinculada ao Ministério de Esporte foi criada com a finalidade de assumir as competências da então Autoridade Pública Olímpica – (APO) e tem como principais atribuições desenvolver um modelo de gestão sustentável das instalações olímpicas brasileiras (AGLO, 2019).

As Arenas Carioca 1 e 2, o Centro Olímpico de Tênis, o Velódromo e parte das instalações olímpicas de Deodoro estão sob responsabilidade da AGLO que vem trabalhando na transição desses espaços do modo “Jogo” para o modo “Legado”. Para atingir esse objetivo o Ministério do Esporte assinou contratos de cooperação com o Comitê Olímpico do Brasil (COB), com a Confederação Brasileira de Clubes (CBC) e com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), (AGLO, 2019). De acordo com informações repassadas pela autarquia, a

missão principal da AGLO é “estabelecer parcerias com a iniciativa privada para executar melhorias na infraestrutura das instalações e ainda, executar o seu plano de utilização”.



Figura 1: Arenas do Parque Olímpico da Barra da Tijuca.
Fonte: Acervo do autor.

A figura 1 representa as arenas do Parque Olímpico da Barra. A partir dessa imagem podemos notar que o espaço é amplo e de grande beleza. Após ser realizada a apresentação da autarquia criada pelo governo federal para executar o plano de legado do projeto olímpico brasileiro, no tópico a seguir faremos a apresentação da metodologia utilizada pelos pesquisadores na construção desse trabalho.

4 METODOLOGIA

Essa pesquisa de caráter descritivo e qualitativo teve como objetivo principal mapear os eventos promovidos pela Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO) no Parque Olímpico da Barra da Tijuca, após a realização dos J.O Rio 2016. Diante os compromissos assumidos pelo pesquisador iniciou-se o trabalho a partir de uma revisão teórica que teve como finalidade discutir temas e apresentar conceitos como o de sustentabilidade e o de legado. Concluída a revisão teórica partiu-se para a pesquisa de campo que se configurou na segunda etapa do trabalho.

Nessa fase o pesquisador mapeou todas as atividades realizadas no Parque Olímpica da Barra da Tijuca após a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 até o mês de junho de 2019. Paralelamente, o pesquisador buscou captar informações que lhe possibilitasse compreender a percepção dos moradores da cidade do Rio de Janeiro em relação à governança do Parque Olímpico da Barra da Tijuca. Nesta etapa da investigação aplicou-se questionário de pesquisa a cem moradores das diferentes regiões da cidade do Rio de Janeiro,

a fim de se apurar tais percepções. Os investigados no estudo eram maiores de dezoito anos, de ambos os sexos e foram selecionados aleatoriamente para participarem da pesquisa.

Feito isso, realizou-se entrevista com o gestor do Parque Olímpico da Barra com o intuito de identificar o modelo de gestão que está sendo executado no espaço. A entrevista com o gestor público do Parque Olímpico teve por finalidade apurar e confrontar dados e informações coletadas juntamente aos moradores da cidade e relacionadas ao processo de governança das arenas do Parque Olímpico da Barra.

Finalizadas as duas etapas da investigação, o pesquisador apresentou os resultados da pesquisa e a partir do cruzamento de dados e informações coletadas teceu suas considerações finais a respeito do estudo que deverá servir de fonte de consulta para novas investigações relacionadas a essa temática. Dando sequência no estudo, no tópico seguinte será realizada a apresentação dos resultados da pesquisa.

5 RESULTADOS

No que se refere aos resultados apurados com a aplicação dos questionários aos cem (100) moradores da cidade, apurou-se as seguintes respostas: A Questão 1 identificou que cinquenta por cento (50%) dos entrevistados conhecem ou já tiveram acesso a alguma arena do Parque Olímpico da Barra. Dentre as principais motivações que levaram os entrevistados a visitarem o Parque Olímpico da Barra destacam-se a participação nos Jogos Rio 2016, trabalho de voluntário durante a Rio 2016, Rock in Rio, Cirque de Soleil e GameXP. A pergunta seguinte constatou que sessenta e quatro por cento (64%) dos investigados percebem o Parque Olímpico da Barra da Tijuca como sendo um legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Em outro questionamento apurou-se que para cinquenta e seis por cento (56%) dos entrevistados o espaço não está sendo bem utilizado, trinta e nove por cento (39%) afirmaram não saber, para 2% o Parque Olímpico está sendo bem aproveitado e outros três por cento (3%) ignoraram a resposta.

Ampliando a investigação, os entrevistados foram questionados se os mesmos identificavam oportunidades de melhorias na gestão do Parque Olímpico da Barra? Para trinta e cinco por cento (35%) dos entrevistados a resposta foi (sim), quatorze por cento (14%)

disseram que (não), cinquenta por cento (50%) afirmaram (não saber) e outros dois respondentes ignoraram a resposta.

Em outra questão apurou-se que cinquenta e um por cento (51%) dos entrevistados não aprovam a maneira como o Parque Olímpico vem funcionando após a realização das Olimpíadas, quarenta e um por cento (41%) afirmaram não saber, sete por cento (7%) aprovam o modelo de funcionamento adotado pelo Parque Olímpico até então e um respondente (1%) ignorou a resposta.

Com o intuito de confrontar as principais percepções dos moradores da cidade do Rio de Janeiro em relação ao funcionamento do Parque Olímpico da Barra após a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 realizou-se entrevista com o presidente da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO) obtendo-se as seguintes respostas:

O presidente da AGLO ao ser questionado sobre como a autarquia atua para ampliar o número de eventos realizados no Parque Olímpico da Barra nos deu a seguinte resposta:

“Desde março de 2017 com a criação da AGLO a gente já vem apresentando um plano de legado. A gente tinha um trabalho muito importante para fazer que era o de ocupação do Parque Olímpico. Para isso nós assinamos três termos de cooperação: um com o Comitê Olímpico Brasileiro, um com o Comitê Brasileiro de Clubes e um com o Comitê Paralímpico Brasileiro. A partir daí a gente começa a realização de diversos eventos, começa a procurar a federações, principalmente as federações aqui do Rio de Janeiro de diversas modalidades e também as confederações.. E qual é a facilidade que nós temos nesse empreendimento? Na verdade aqui nós somos voltados não só ao esporte de alto rendimento e aí a gente não tem a natureza de ter que cobrar para fazer esses eventos que na maioria das vezes são gratuitos por que a nossa função maior é fomentar o esporte né? E aí a gente começa a trazer aqui para dentro do Parque Olímpico a oportunidade principalmente de pequenas federações fazerem torneios. Então vou te dar um exemplo: Federação de Karatê, Federação de Taekendô, Federação de Tênis de Mesa realizaram diversos campeonatos aqui dentro do Parque Olímpico sem que tenham que pagar para fazerem esses eventos. Isso facilita você fomentar o esporte, aumentar o número de entusiastas pelo atleta e divulgar aquela modalidade esportiva especificamente. Então a gente começou a fazer esse trabalho e hoje o Brasil pode ser orgulhar porque a AGLO de março de 2017 até dezembro de 2017 recebeu aproximadamente 500 mil pessoas dentro do Parque Olímpico da Barra da Tijuca”.

Em seguida perguntou-se ao gestor sobre quais públicos o Parque Olímpico da Barra atende. O presidente da AGLO nos deu os seguintes esclarecimentos:

“Na verdade nós atendemos a todos os públicos, aqui a gente costuma separar o seguinte: Nós temos a preocupação com atletas e esportes de alto rendimento, então nós tivemos aqui competições de judô, de jiu-jitsu, de taekendô, de karatê né, jogos de basquete que são todos eles realizados na Arena 1 que aí você atende a todo o público seja ele de atletas os pelo menos admiradores, torcedores. Então nós não temos aqui essa preocupação de atingir um determinado público específico. Aqui tem que está aberto o legado olímpico para todo tipo e gosto. Por exemplo, nós temos um projeto agora que é de criação de uma sala multiuso, a minha intenção é trazer para cá artes cênicas, uma sala que vai ter teatro, então quero trazer o teatro aqui para dentro. Então a gente vai começar a pegar um público voltado para a arte não só ao esporte mas à arte. E é essa minha intenção aqui como presidente! É ampliar com a



maior rapidez possível o leque de pessoas que vão comparecer aqui para aproveitar a nossa estrutura aqui do Parque Olímpico”.

Ao ser questionado sobre o modelo de governança implantado pela AGLO no Parque Olímpico da Barra o gestor da autarquia trouxe os seguintes esclarecimentos?

“Eu tenho certeza absoluta que a minha equipe trabalhou muito, foi muito difícil no começo por que a gente teve que construir uma autarquia federal do zero, essa autarquia a AGLO ela não existia. Então não se constrói uma autarquia com tanta facilidade e com tanta agilidade se você não tiver um empenho e uma vontade muito grande de fazer acontecer. Nós temos aqui praticamente todos os finais de semana com eventos que vão ser realizados aqui no Parque Olímpico. Nós temos projetos de inclusão social, são cinco projetos que hoje funcionam aqui dentro e que atendem aproximadamente mil pessoas. Então eu como brasileiro e como presidente da autarquia com a minha equipe acho que a nós avançamos muito e tenho certeza que o legado olímpico é uma realidade e que vale a pena o investimento que é feito anualmente aqui dentro do Parque Olímpico”.

Ao ser indagado sobre as atividades atléticas e recreativas que são realizadas no Parque Olímpico da Barra o presidente da AGLO respondeu:

“Circularam aqui no ano de 2018 aproximadamente 700 mil pessoas. Aqui são realizadas diversas atividades, nós temos o esporte de alto rendimento com várias competições acontecendo aqui principalmente nos finais de semana e nós tivemos atividades lúdicas também que são praticadas com crianças aqui dentro do Parque Olímpico. A nossa Arena 2 serve não só de centro olímpico de treinamento, ou seja, ela está apta a receber aqui diversas modalidades esportivas aonde os atletas podem treinar para o próximo ciclo olímpico como eu recebo ali os projetos de inclusão social aonde as crianças participam também de diversas atividades que são realizadas aqui dentro do Parque Olímpico da Barra visando a retirada dessas crianças carentes das comunidades violentas e trazendo para o esporte”.

A ser perguntado sobre quais seriam os maiores desafios e oportunidades do Parque Olímpico da Barra nos próximos anos o presidente da AGLO trouxe os seguintes esclarecimentos:

“Olha, eu acho que o maior desafio é a gente fazer a população entender que o Parque Olímpico já é uma realidade. Eu tenho muita dificuldade, eu ouço muito as pessoas inclusive de fora do estado imaginando que isso aqui está abandonado, que o legado olímpico está largado que não tem funcionalidade nenhuma e não é verdade. Eu volto a te dizer acesse a página da AGLO que você vai ver que o legado olímpico hoje funciona, ele tem recebido diversos eventos, ele tem projetos sociais em curso, a gente tem ampliado esses projetos sociais e esse é um desafio que a gente precisa mostrar à população como o Parque Olímpico funciona. Depois nós temos outros grandes desafios, vou te citar, por exemplo, que é a sustentabilidade! Qual é o planejamento ideal de um legado olímpico? E chegue-se um dia em não haja necessidade de investimento público, ou se houver necessidade que ele seja mínimo. Então é buscar sustentabilidade! É como é que se busca isso? Com parcerias privadas, com empresas privadas, mas isso não acontece do dia para noite”!

Finalizada a exposição dos resultados apurados durante a pesquisa de campo, no tópico seguinte o pesquisador apresenta o mapeamento das atividades desenvolvidas pelo Parque Olímpico da Barra após a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016:

5.1 EVENTOS PROMOVIDOS PELA AGLO NO PARQUE OLÍMPICO DA BARRA APÓS OS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016:

Ano	Eventos	Eventos recreativos	Eventos esportivos Nacionais	Eventos esportivos Internacionais
2017	8	0	8	0
2018	134	17	104	13
Até Junho 2019	63	10	44	9
Total	205	27	156	22

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminada a análise nesse tópico o pesquisador irá apresentar suas principais conclusões a respeito do estudo. Inicialmente é importante registrar que no que se refere ao uso das arenas do Parque Olímpico da Barra conclui-se que a maior dificuldade relatada pelos moradores da cidade é a de tomar conhecimento sobre o que de fato acontece no espaço após a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Por outro e de forma contraditória também se constatou que um dos maiores desafios dos gestores públicos da AGLO é o de conseguir sensibilizar moradores e turistas de que de fato o espaço oferece um número variado de atividades e que a transformação do Parque Olímpico do “modo jogo” para o “modo legado” já é uma realidade. Diante tal discrepância torna-se necessário aos gestores públicos do Parque Olímpico da Barra desenvolver novas formas de comunicação em rede com seu público, além é claro da adoção de novas estratégias de promoção dos eventos que acontecem no Parque Olímpico.

Percebeu-se por parte da AGLO, desde a sua criação um relevante esforço em ocupar o Parque Olímpico, formalizar convênios, diversificar a oferta de atividades e eventos promovidos no local e também de ampliar o número de usuários. Diante o trabalho realizado constatou-se que o número de usuários no Parque Olímpico vem se expandindo ano a ano o que a nosso ver é muito positivo.

Apesar de existirem os canais institucionais de divulgação dos eventos que ocorrem no Parque Olímpico se comprovou que esses instrumentos mesmo sendo úteis e necessários atingem um número reduzido de usuários que se interessam em pesquisar e investigar as ações que estão sendo promovidas nas dependências do Parque Olímpico da Barra através do sítio na internet da AGLO. Diante dessa realidade sugere-se o desenvolvimento de outras formas de interação do Parque Olímpico com o seu público. Dentre as possibilidades de intervenção na realidade sugerimos a divulgação do calendário de eventos na portaria

principal do Parque Olímpico, nos shoppings centers da cidade, nos ônibus, BRT, VLT, trem e barcas. Além disso, é possível fomentar parcerias com escolas, rádios, universidades, trade turístico e igrejas que se encarregariam de reproduzir juntamente aos seus públicos os eventos e atividades desenvolvidas pelo Parque Olímpico.

Terminada a análise conclui-se que o Parque Olímpico da Barra atualmente vem cumprindo seu papel enquanto equipamento público de lazer se configurando como mais um atrativo da cidade do Rio de Janeiro. Devido à sua dimensão e complexidade de operação carece sempre de olhar apurado da sociedade, da mídia em geral e de pesquisadores de diferentes áreas.

REFERÊNCIAS:

CHAPELLET, J.L. (2012). **Mega Sporting event legacies: a multifaceted concept**. DOI: http://dx.doi.org/10.5209/rev_PADE.2012.n25.41096.

CHAPELLET, J.L. (2012). **Mega Sport Event Legacy: The case of Innsbruck**. Paper presented at Innsbruck 2012 Sport Business Symposium. University of Innsbruck.

DACOSTA, L; MIRAGAYA, A. (2015). **O futuro dos megaeventos esportivos: Legados e parcerias responsáveis**. In Deslandes, A., DaCosta, L.P. & Miragaya, A. (Eds) O Futuro dos Mega-eventos Esportivos. Rio de Janeiro: Engenho Arte e Cultura, p. 47-60.

ESPOSITO, M; SBETI, N. (2017). **The legacy of great sports events in Italy. Historical political excursus and sociological considerations**. In: Mega Events Footprints: past, presente and future, p. 728-740 In: Mega Events Footprints: past, presente and future, p. 51-57. Rio de Janeiro, Engenho.. Rio de Janeiro, Engenho.

FERNANDES, L. (2013). **Copa e olimpíadas para quem? O legado dos grandes eventos para o desenvolvimento do Brasil**. Revista Principios, n. 127, p.17-22.

GOLD, M. (2017). **London 2012: An examination of regeneration and legacy in the Queen Elizabeth Olympic Park**. In: Mega Events Footprints: past, presente and future, p. 214-220, Rio de Janeiro, Engenho.

MINISTÉRIO DO ESPORTE DO BRASIL (2017). **Percepções e lições sobre legados: a visão do ministério do Esporte do Brasil**. In: Mega Events Footprints: past, presente and future, p. 51-57. Rio de Janeiro, Engenho.

PEÑA, E. F. (2017). **Barcelona 92 and the creation of a model** . In: Mega Events Footprints: past, presente and future, p. 186-197 . Rio de Janeiro, Engenho.

McAloon, J.J. (2008). **Legacy as Managerial/Magical Discourse in Contemporary Olympic Affairs**. The International Journal of the History of Sport, 25 (14), 2061-2062.

MANHAGO, E; DOS SANTOS, L. J. M; MONTOYA, D; MULATINHO, R.V; MELO NETO, F.P. (2017). **O impacto dos megaeventos na imagem da marca “Brasil”**. In: Mega Events Footprints: past, presente and future, p.684-692. Rio de Janeiro, Engenho.

RIGAU, I. (2011). “**La Sombra de Barcelona**”, en Fernandez Pena, E.; Cerezuela, B; Gomez Benosa, M.; Kennet, C.; De Moragas, M. (2011). An Olympic Mosaic: Multidisciplinary Research and Barcelona: Ajuntament de Barcelona. Available in Spanish at <http://www.ceo-uab.net/es/mosaico-olimpico-ceo-uab/>.

ROCHA, G. (2017). **Articulação para sustentabilidade: Legado intangível em construção no estado do Rio de Janeiro**. In: Mega Events Footprints: past, presente and future, p. 880-886, Rio de Janeiro, Engenho.

SILVA, W. C. D. (2016). **Sentidos e significados dos Jogos Olímpicos Rio 2016**. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Turismo – Universitat de Girona.

SWART, k. (2017). **Reflections on the legacy of the 2010 FIFA WORLD CUP in South Africa**. In: Mega Events Footprints: past, presente and future, p. 459-470, Rio de Janeiro, Engenho.

THORNLEY, A. (2012). **The 2012 London Olympics. What legacy?** Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events, 4(2): 206-210. Veal, A.J., Toohey, K. & Frawley, S. (2012). The sport participation legacy of the Sydney 2000 Olympic Games and other international sporting events hosted in Australia. Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events, 4 (2): 155-184.

TORRES, C. (2011). **On the Merit of the Legacy of Failed Olympic Bids**. Paper presented to the Olympic Studies Centre-IOC meeting for the 2011 Postgraduate Grant Selection. Lausanne.